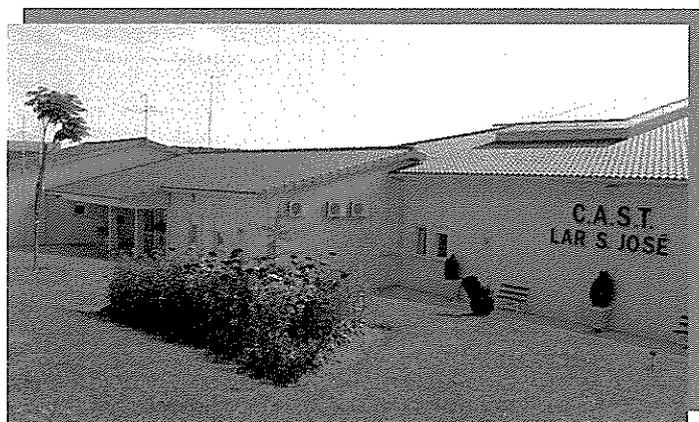


Relatório da Direção Demonstrações Financeiras Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2021



A Nossa Missão

Prestar serviços de excelência e de forma personalizada, que promovam ativamente o bem-estar físico, mental e social dos seus Clientes.

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do Artigo 28º dos Estatutos do C.A.S.T., vem a atual Direção submeter à apreciação dos Associados o Relatório e as Contas de Gerência relativas ao ano 2021.

I – Apreciação Geral

Ao fazer-se o balanço de mais um ano de trabalho é sempre a altura indicada para se avaliar o grau de concretização dos objetivos traçados e das estratégias adotadas pela direção.

O ano de 2021 foi ainda um ano de grande instabilidade económico-financeira devido à pandemia COVID-19, que motivou um aumento de gastos e de constrangimentos que tivemos de superar a fim de conseguir manter um padrão de qualidade elevado nos serviços prestados aos nossos utentes/clientes, que contribuíram negativamente nos das nossas contas.

Apesar de tudo a atividade desenvolvida durante o ano transato, consolida a continuidade da afirmação de três princípios gerais:

1º - As respostas (com exceção do Centro Convívio que foi suspenso e do Centro de Dia que funcionou em termos de SAD) funcionaram com normalidade, tentando dar o melhor aos nossos utentes/clientes;

2º - Foi obtido um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, negativo de 178.325,16€ (inferior em 74.441,36€ em relação a 2020) e um resultado líquido negativo de 264.182,91€;

3º - Não obstante a qualidade do trabalho realizado em condições exigentes, contámos sempre com o empenho dos colaboradores e não deixámos de melhorar os nossos serviços e de prestar o melhor conforto aos nossos utentes/clientes.

II – Aspetos relevantes da atividade de 2021

Como atrás referimos, o Ano de 2021 foi ainda marcado de forma gravosa, devido à Pandemia (COVID- 19) e no que diz respeito ao C.A.S.T., foi um ano difícil, com muitos constrangimentos, quer no domínio económico-financeiro que influenciou de forma negativa e decisiva os resultados negativos, quer no domínio da saúde com o falecimento de alguns utentes, as sequelas de que alguns ainda sofrem e a saúde mental de todos, que se agravou devido ao confinamento que viveram

durante mais de 2 anos e que, de forma gradual começa a ver as restrições diminuírem e o retorno à normalidade vai continuando, embora com os devidos cuidados e prevenção adequada.

No entanto, a reestruturação dos serviços deliberada no início deste mandato, com correspondência no atual Organograma de 27/07/2021, teve como consequência uma maior eficácia e eficiência dos serviços e na sua coordenação (que teve o mérito de potenciar o trabalho em equipa) que acarretou uma redução de encargos com pessoal, uma rentabilização dos recursos humanos e redução de outros custos, sem pôr em causa, antes pelo contrário, a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados em 2021 e que prosseguiremos em 2022.

Assim sendo, durante o corrente ano (2022), tendo em conta o atrás exposto e apesar dos custos acrescidos que temos de enfrentar (devido à guerra na Ucrânia), não só com o acréscimo de custos dos bens alimentares e outros, bem como com os combustíveis e energia, é expectável superarmos pela positiva os valores orçamentados, através de outras decisões que tomaremos, considerando a reestruturação já iniciada, como seja o caso do investimento já efetuado com a instalação dos painéis fotovoltaicos que irá reduzir os custos energéticos.

Foi isso a que nos propusemos e que iremos levar a cabo sem pôr em causa o fundamental, ou seja, a qualidade dos serviços a prestar aos nossos seniores e às nossas crianças e salvaguardando sempre os direitos dos nossos trabalhadores.

No aspeto económico-financeiro os gastos em produtos de higienização e desinfeção em 2021 apresentaram os seguintes valores em relação a 2019 e 2020.

(Quadro Anexo)

	2019	2020	2021
Máscaras cirúrgicas		17.091,36 €	5.896,00 €
Máscaras FFP2		1.455,96 €	4.208,00 €
Fatos COVID		331,50 €	9.150,00 €
Luvas	6.046,91 €	13.179,81 €	14.228,00 €
Mentabac	415,85 €	2.139,26 €	1.645,99 €
Álcool gel	362,65 €	713,31 €	
Oxivir toalhitas	732,39 €	584,27 €	1.385,02 €
Oxivir líquido		206,57 €	816,00€
	7.557,80 €	35.702,04 €	37.329,01 €

	2019	2020	2021
Diversey	19.812,57€	34.099,43€	30.237,02€

Handwritten signature and initials

Manteve-se, portanto o acréscimo de gastos com produtos de higienização, desinfecção e proteção individual em relação a 2019.

Foi esta realidade que apanhou todo o mundo de surpresa e desprevenido de medidas eficazes em 2020, que pecaram por tardias e inexpressivas face à dimensão da situação e no nosso caso a escassez de apoios que em 2021 se mantiveram insuficientes face à dimensão socioeconómica da situação que enfrentámos.

III – Investimentos

Teve-se em conta o Plano de Atividades, avaliando cada investimento face ao contexto existente resultante da situação económico-financeira e decidindo caso a caso.

Efetuaram-se alguns investimentos sendo os de maior relevância os seguintes:

- 4 Aparelhos de ar condicionado;
- 1 Computador;
- 1 Parafusadora;
- Renovação de iluminação;
- e substituição da bomba do furo de água.

IV – Contas

Respeitante ao exercício de 2021, apuraram-se os seguintes valores:

Os rendimentos totalizaram 2.043.938,09€, que corresponde a um aumento de 22.006,10€ em relação a 2020;

Os gastos totalizaram 2.308.121,00€, que corresponde a uma diminuição de 53.431,90€ em relação a 2020;

Assim, apurou-se um resultado líquido negativo de 264.182,91€, que a Direção propõe que seja transferida para a conta Resultados Transitados.

V – Considerações Finais

A Direção realça reconhecidamente o desempenho dos colaboradores, parceiros e voluntários, sem os quais não seria possível ultrapassar e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos nossos utentes/clientes durante o ano de 2021.

Continuaremos a contar com todos para a melhoria contínua dos serviços prestados.

A Direção assinala a colaboração prestada pelas Entidades Oficiais.

Tomar, 10 de março de 2022

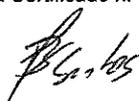


BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

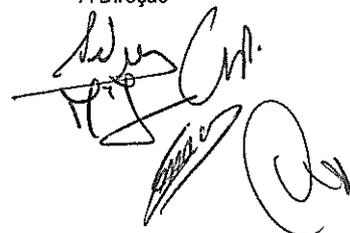
Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	2.491.898,73	2.573.106,45
Ativos intangíveis	6	1.094,84	1.578,20
Investimentos financeiros		18.357,46	15.772,00
		2.511.351,03	2.590.456,65
Ativo corrente			
Inventários	8	34.107,53	29.558,16
Créditos a receber	12	39.687,73	53.198,16
Estado e outros entes públicos	12	3.705,43	1.884,52
Diferimentos	12	11.071,91	14.924,83
Outros ativos correntes	12	308.870,94	417.711,74
Caixa e depósitos bancários	4,12	455.270,90	610.241,70
		852.714,44	1.127.519,11
Total do ativo		3.364.065,47	3.717.975,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	1.271.934,64	1.271.934,64
Resultados transitados	14	958.772,12	1.298.393,03
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	14	831.800,50	867.433,20
		3.062.507,26	3.437.760,87
Resultado líquido do período	14	-264.182,91	-339.620,91
Total dos fundos patrimoniais		2.798.324,35	3.098.139,96
Passivo			
Passivo não corrente	13	12.000,00	
Provisões		12.000,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12	48.332,55	57.642,17
Estado e outros entes públicos	12	43.050,55	44.167,05
Diferimentos	12	193.872,82	282.411,12
Outros passivos correntes	12	268.485,20	235.615,46
		553.741,12	619.835,80
Total do passivo		565.741,12	619.835,80
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.364.065,47	3.717.975,76

Contabilista Certificado n.º 90318



A Direção



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro de 2021

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	840.974,67	812.914,19
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.090.837,94	1.131.087,95
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-277.352,64	-296.958,97
Fornecimentos e serviços externos	18	-346.490,21	-372.047,11
Gastos com o pessoal	16	-1.541.092,51	-1.567.819,31
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12		-5.516,42
Provisões (aumentos / reversões)	13	-12.000,00	
Outros rendimentos	18	111.309,81	76.885,24
Outros gastos e perdas	18	-44.512,22	-31.312,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-178.325,16	-252.766,52
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6,7,18	-86.673,42	-87.899,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-264.998,58	-340.665,52
Juros e rendimentos similares obtidos	18	815,67	1.044,61
Resultado antes de impostos		-264.182,91	-339.620,91
Resultado líquido do período		-264.182,91	-339.620,91

Contabilista Certificado n.º 90318



A Direção



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR RUBRICAS

PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	Imp.Habisa	SAO	Centro da Dia	Centro Contabil	Cedência Social	Creche	Creche Familiar	Jardim de Infancia	CLDS	PERÍODOS	
											2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	576.114,31	116.061,89	11.795,83	0,00	0,00	36.125,68	37.651,65	63.225,01	0,00	840.874,67	812.889,04
Custo das vendas e dos serviços prestados	8,16	-840.268,43	-273.507,72	-69.446,38	-7.159,40	-11.403,36	-165.995,26	-66.980,90	-303.064,57	-40.821,13	-1.818.445,15	-1.864.778,28
Resultado bruto		-264.152,12	-157.445,83	-57.650,55	-7.159,40	-11.403,36	-149.869,26	-49.329,25	-239.839,56	-40.821,13	-977.470,48	-1.051.888,34
Outros rendimentos	10,18	485.040,81	178.165,35	15.850,18	7.371,37	9.678,19	128.512,85	154.151,87	164.025,21	60.189,49	1.202.963,42	1.209.017,80
Gastos administrativos	12,18	-215.463,09	-30.517,34	-9.961,06	-1.476,03	-1.322,40	-22.191,70	-109.627,46	-35.076,19	-19.538,36	-445.163,63	-485.462,53
Outros gastos	18	-1.420,37	-1.427,87	-3.533,69	-305,40	0,00	-1.330,34	-24.730,21	-11.784,34		-44.512,22	-31.287,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.023,23	-11.225,69	-55.295,12	-1.669,46	-3.047,57	-44.878,47	-29.534,95	-122.654,88	0,00	-264.182,91	-339.620,91
Resultado antes de impostos		4.023,23	-11.225,69	-55.295,12	-1.669,46	-3.047,57	-44.878,47	-29.534,95	-122.654,88	0,00	-264.182,91	-339.620,91
Resultado líquido do período		4.023,23	-11.225,69	-55.295,12	-1.669,46	-3.047,57	-44.878,47	-29.534,95	-122.654,88	0,00	-264.182,91	-339.620,91

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	1.271.934,64	1.428.323,43	897.925,62	-129.930,40	3.468.253,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-129.930,40	-30.492,42	129.930,40	-30.492,42
	7		-129.930,40	-30.492,42	129.930,40	-30.492,42
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				-339.620,91	-339.620,91
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				-209.690,51	-370.113,33
	10					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6+7+8+10	1.271.934,64	1.298.393,03	867.433,20	-339.620,91	3.098.139,96

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	14	1.271.934,64	1.298.393,03	867.433,20	-339.620,91	3.098.139,96	3.098.139,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-339.620,91	-35.632,70	339.620,91	-35.632,70	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7			-339.620,91	-35.632,70	339.620,91	-35.632,70	-35.632,70
RESULTADO INTEGRAL	8					-264.182,91	-264.182,91	-264.182,91
	9=7+8					75.438,00	-299.815,61	
	10							
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6+7+8+10	14	1.271.934,64	968.772,12	831.800,50	-264.182,91	2.798.324,35	2.798.324,35

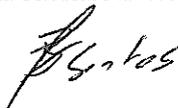
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro de 2021

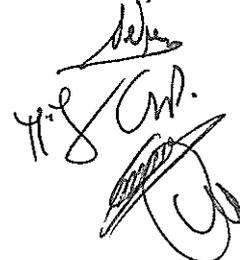
Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		865.433,80	797.231,06
Pagamentos a fornecedores		-697.957,31	-729.024,69
Pagamentos a pessoal		-978.939,42	-997.732,62
Caixa gerada pelas operações		-811.462,93	-929.526,25
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		648.156,42	674.490,17
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-163.306,51	-255.036,08
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-4.894,50	-22.126,90
Ativos intangíveis			-1.713,64
Investimentos financeiros		-5.273,71	-3.991,71
Outros ativos			-500.000,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		15.000,00	
Investimentos financeiros		2.688,25	127,10
Outros ativos		500.000,00	700.000,00
Juros e rendimentos similares		815,67	1.044,61
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		508.335,71	173.339,46
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		345.029,20	-81.696,62
Caixa e seus equivalentes no início do período		110.241,70	191.938,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	455.270,90	110.241,70

Contabilista Certificado n.º 90318



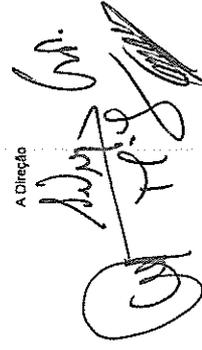
A Direção



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALENCIAS

PERÍODO FINDO EM 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	Valores em Euros										
	Lucros	SAJ	Centro de Dia	Centro Convívio	Centina Social	Gratuito	Gratuito Familiar	Laym de Infância	QUIDS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	576.114,31	116.061,89	11.795,83	0,00	0,00	36.125,98	37.651,65	63.225,01	0,00	840.974,67	812.889,94
Subsídios, doações e legados a exploração	393.884,73	173.662,04	15.440,94	7.362,11	9.669,82	123.846,92	149.598,48	157.215,74	60.157,26	1.090.837,94	1.1.031.957,95
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria empresa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-151.127,33	-40.773,14	-8.630,46	-765,74	-4.626,22	-20.863,40	-15.031,15	-34.535,20	0,00	-277.352,64	-296.958,97
Fornecimento e serviços externos	-135.176,38	-25.552,10	-8.170,39	-1.447,95	-1.303,68	-13.891,81	-108.716,68	-30.692,86	-19.538,36	-346.480,21	-372.047,11
Gastos com o pessoal	-689.139,10	-232.734,58	-59.815,92	-6.393,66	-6.777,14	-165.131,96	-71.949,75	-268.829,37	-40.621,13	-1.541.092,51	-1.587.819,31
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perda/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.516,42
Provisões (aumentos/reduções)	-10.200,00	-1.200,00	-600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12.000,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	90.878,59	4.389,12	401,08	9,26	8,37	4.543,68	4.431,14	6.646,34	2,23	111.309,81	76.885,24
Outros gastos	-1.420,37	-1.427,87	-3.533,69	-305,40	0,00	-1.330,34	-24.730,21	-11.764,34	0,00	-44.512,22	-31.287,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	73.814,45	-8.574,64	-55.112,61	-1.541,38	-3.028,85	-36.700,93	-28.746,52	-118.434,68	0,00	-178.325,16	-252.766,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-70.076,71	-2.765,24	-190,67	-28,08	-18,72	-8.298,89	-910,78	-4.393,33	0,00	-86.673,42	-87.899,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)	3.737,74	-11.339,88	-55.303,28	-1.569,46	-3.047,57	-45.000,82	-29.657,30	-122.818,01	0,00	-264.998,58	-340.655,02
Juros e rendimentos similares obtidos	285,49	114,19	8,16	0,00	0,00	122,35	122,35	163,13	0,00	815,67	1.044,61
Resultado antes de impostos	4.023,23	-11.225,69	-55.295,12	-1.569,46	-3.047,57	-44.878,47	-29.534,95	-122.654,88	0,00	-264.182,91	-339.620,91
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	4.023,23	-11.225,69	-55.295,12	-1.569,46	-3.047,57	-44.878,47	-29.534,95	-122.654,88	0,00	-264.182,91	-339.620,91





1 – Caracterização da entidade

1.1 – Designação da entidade: Centro de Assistência Social de Tomar

1.2 – Sede: Carrascal, Alvito, 2300-331 Tomar.

1.3 – Natureza da atividade: Instituição particular de solidariedade social (IPSS).

1.4 – Número médio de empregados: 116 (cento e dezasseis)

2 – Referencial contabilístico

2.1 – Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras utilizado é a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pela Portaria n.º 105/2011, de 14 de março que foi alterado com a publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

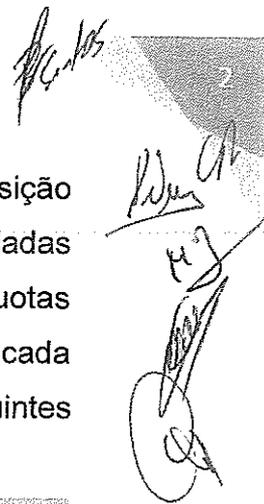
Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC na elaboração das demonstrações financeiras.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior: As contas do balanço e da demonstração de resultados do exercício de 2021 são comparáveis com as do período homólogo (2020).

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

3.1.1 – Ativos fixos tangíveis:



Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha recta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de itens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 20
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	1 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 5

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente sendo definida a vida útil de cada item. As despesas com reparação e manutenção, desde que não contribuam para o aumento da vida útil dos mesmos, são consideradas gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.1.2 – Ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam por ela controláveis e se possa mensurar com fiabilidade o seu valor. São amortizáveis a partir do momento em que se encontrem em uso pela aplicação do método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.1.3 – Inventários:

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior àquele. Utiliza-se o custo médio ou o FIFO como

fórmula de custeio. É reconhecida uma perda por imparidade em inventários nos casos em que o valor destes itens seja inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período em que o rédito é reconhecido, sendo registados na demonstração dos resultados do período.

3.1.4 – Locações:

A classificação das locações (financeiras ou operacionais) é feita de acordo com a substancia e conteúdo dos contratos e não de acordo com a forma dos mesmos. Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, sendo a correspondente responsabilidade registada como passivo, na rubrica de "financiamentos obtidos". Os juros incluídos nos pagamentos mínimos e a depreciação/amortização do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

3.1.5 – Custos dos empréstimos obtidos:

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal da operação, e os gastos associados são reconhecidos de imediato na demonstração dos resultados. Os gastos de financiamento (juros e outros) incorridos no período são registados como gastos na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados no balanço como passivos (correntes/não correntes).

3.1.6 – Instrumentos financeiros

3.1.6.1 – Dívidas de terceiros:

As dívidas de terceiros não têm implícitos juros e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a refletir a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem, de forma objetiva e quantificável, que parte ou mesmo a totalidade do saldo em dívida não será recuperável (recebido). O desreconhecimento das dívidas de utentes ocorre apenas quando os direitos contratuais aos recebimentos resultantes do ativo financeiro se realizam, expiram ou são transferidos para outra entidade.

3.1.6.2 – Dívidas a terceiros:

Handwritten notes and signatures:
14.10.21
L. Silva
M. V.
C. A.

As dívidas a terceiros (fornecedores outros) são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento verifica-se quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração dessas dívidas (cessação das obrigações decorrentes dos contratos).

3.1.6.3 – Caixa e depósitos bancários:

Os valores incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” traduzem-se nos montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que não tenham quaisquer restrições de movimentação, sendo reconhecidos no ativo corrente.

3.1.6.4 – Empréstimos:

Os empréstimos são registados no passivo corrente/não corrente pelo valor nominal da operação. O desreconhecimento dos empréstimos só se verifica quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos de financiamento, designadamente quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração do empréstimo.

3.1.7 – Provisões:

A entidade analisa de forma periódica possíveis obrigações legais ou construtivas que resultem de eventos passados, e em virtude das quais seja provável que ocorra um exfluxo de recursos da entidade tendo em vista a resolução dessa obrigação. Após a referida análise, verifica-se se há, ou não lugar ao reconhecimento de qualquer provisão.

3.1.8 – Regime do acréscimo:

De acordo com o regime do acréscimo, os gastos e rendimentos são registados no período ao qual dizem respeito, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

3.1.9 – Rédito:

O rédito relativo a vendas e prestação de serviços compreende o justo valor (fixado livremente entre as partes, numa base de independência) da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido de imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem são

transferidos para o comprador e não seja mantido um envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse ou controlo efetivo dos bens vendidos. No caso da prestação de serviços, o reconhecimento do crédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

3.1.10 – Subsídios do Governo:

Os subsídios do governo apenas são reconhecidos quando existem garantias de que a entidade cumprirá as condições estipuladas para a sua concessão e que os mesmos irão ser recibos. No caso dos subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos na rubrica “Subsídios à exploração” do período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento.

Já os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e ou ativos intangíveis com vida útil finita são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica “Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo subseqüentemente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional nos períodos contabilísticos considerados necessários para balanceá-los com os gastos com eles relacionados. Os subsídios relacionados com ativos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis com vida útil indefinida são mantidos no capital próprio, e o seu tratamento fiscal decorre da aplicação do disposto no artigo 22.º do CIRC.

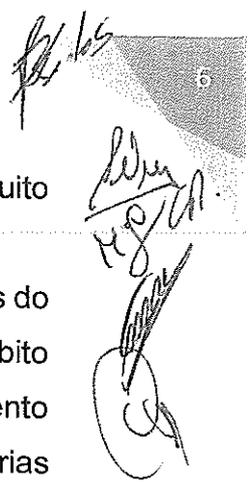
3.1.11 - Os efeitos de alterações em taxas de câmbio:

As transações em moeda estrangeira encontram-se contabilizadas em euros, sendo convertidas pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis são registadas na demonstração dos resultados.

3.1.12 - Imposto sobre o rendimento:

As entidades do setor não lucrativo são consideradas sujeitos passivos do IRC, conforme o previsto no artigo 2.º do CIRC.

No que se refere às pessoas coletivas de utilidade pública e de solidariedade social, em matéria de IRC, este tipo de entidades usufruem da isenção definitiva de IRC prevista no artigo 10.º do CIRC. Ainda nos termos previstos no artigo 54.º do CIRC, consideram-se rendimentos não sujeitos a IRC as quotas pagas pelos associados, em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários. Por sua vez, consideram-



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones, possibly indicating approval or review.

se rendimentos isentos os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários.

Em qualquer dos casos as isenções não abrangem os rendimentos derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, em que o IRC nestes casos incide sobre o seu rendimento global, corresponde à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito [alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC].

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos, ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão. Existem algumas exceções, designadamente quando tenham existido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nesses casos, os prazos podem ser alargados ou suspensos.

3.1.13 - Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem diversas rubricas, como sejam, salários, ordenados, retribuições por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, isenção de horário de trabalho, etc. São ainda acrescidos os encargos com as contribuições para a segurança social, bem como seguros de acidentes de trabalho.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes:

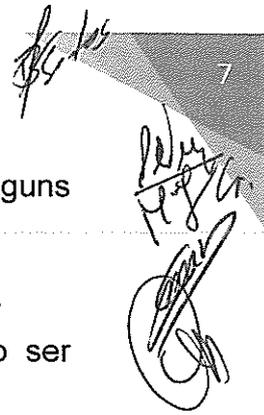
Não aplicável.

3.3 - Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Não aplicável.

3.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

A preparação de Demonstrações Financeiras exige que a Direção efetue estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da Posição financeira. Para o efeito, a Direção da entidade baseia-se:



a) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e, em alguns casos, em relatos de peritos independentes, e

b) nas ações que a instituição considera poder vir a desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

3.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

Não existem estimativas ou pressupostos assumidos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos, no exercício seguinte.

3.6 – Correção de erros de períodos anteriores, indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período:

Não aplicável.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não aplicável.

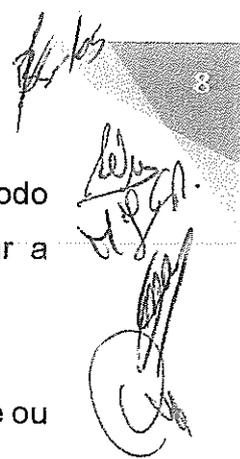
4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

SNC	Descrição	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
11	Caixa	1.718,53 €	359.500,06 €	360.300,90 €	917,69 €
12	Depósitos à ordem	108.523,17 €	3.228.501,63 €	2.882.671,59 €	454.353,21 €
13	Depósitos a prazo	500.000,00 €		500.000,00 €	0,00 €
	Total	610.241,70 €	3.588.001,69 €	3.742.972,49 €	455.270,90 €

5 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 - Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não aplicável.



5.2 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não aplicável.

5.3 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos:

Não aplicável.

5.4 - Erros materiais de períodos anteriores:

Durante o período de 2021 foram efetuadas correções de erros materiais relativas a erros inerentes ao reconhecimento de subsídios ao investimento, subsídios à exploração (CLDS) e diferimentos de gastos (seguros). A correção dos erros conduziu à reexpressão das rubricas de balanço do período de 2020 nas contas de diferimentos (ativo/passivo), resultados transitados e ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais, como se ilustra no quadro abaixo.

Rúbricas	Balanço 2020	Débito	Crédito	Balanço 2020 (reexpressado)
Diferimento de gastos	22.616,38 €		7.691,55 €	14.924,83 €
Total do ativo	3.725.667,31 €		7.691,55 €	3.717.975,76 €
Resultados transitados	1.324.957,19 €	69.509,24 €	42.945,08 €	1.298.393,03 €
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	874.509,66 €	7.076,46 €		867.433,20 €
Total dos fundos patrimoniais	3.131.780,58 €	76.585,70 €	42.945,08 €	3.098.139,96 €
Diferimento de rendimentos	256.462,05 €	35.868,62 €	61.817,69 €	282.411,12 €
Total do passivo	593.886,73 €	35.868,62 €	61.817,69 €	619.835,80 €
Total dos movimentos de correção no período		112.454,32 €	112.454,32 €	

6 - Ativos intangíveis

6.1 - Divulgar se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas:

Os ativos intangíveis detidos a 31 de dezembro de 2021, dizem respeito a programas de computador, com vida útil definida que pode variar entre:

Ativos intangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Programas de computador	3 - 6	16,67% - 33,33%

9

[Handwritten signatures and initials]

6.2 - Quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período:

Ativos intangíveis	31-12-2021	31-12-2020
Ativo bruto		
Saldo inicial	20.215,40 €	18.589,60 €
Aumentos		1.713,64 €
Outras operações	87,84 €	-87,84 €
Saldo final	20.303,24 €	20.215,40 €
Depreciações		
Saldo inicial	18.637,20 €	18.589,60 €
Reforço	571,20 €	47,60 €
Saldo final	19.208,40 €	18.637,20 €
Total liquido	1.094,84 €	1.578,20 €

6.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as amortizações:

31 de dezembro de 2021						
	Saldo em 01-01-2021	Aquisições	Alienações	Abates	Outras operações	Saldo em 31-12-2021
Custo						
Programas de computador	20.215,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	87,84 €	20.303,24 €
	20.215,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	87,84 €	20.303,24 €
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	18.637,20 €	571,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19.208,40 €
	18.637,20 €	571,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19.208,40 €
Total	1.578,20 €					1.094,84 €

31 de dezembro de 2020						
	Saldo em 01-01-2020	Aquisições	Alienações	Abates	Outras operações	Saldo em 31-12-2020
Custo						
Programas de computador	18.589,60 €	1.713,64 €	0,00 €	0,00 €	-87,84 €	20.215,40 €
	18.589,60 €	1.713,64 €	0,00 €	0,00 €	-87,84 €	20.215,40 €
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	18.589,60 €	47,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18.637,20 €
	18.589,60 €	47,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18.637,20 €
Total	0,00 €					1.578,20 €

6.4 - Para um ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida, a quantia escriturada desse ativo e as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

Não aplicável.

6.5 - Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis:

Não aplicável.

6.6 - Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período (incluindo todos os gastos por natureza que foram, face ao seu destino, classificados como gastos de pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos de desenvolvimento que foram capitalizados):

Não aplicável.

6.7 - Incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, recebidos ou atribuídos à entidade, com especificação das respetivas condições:

Não aplicável.

6.8 - Dispêndios de carácter ambiental capitalizados ou imputados a resultados durante o período:

Não aplicável.

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1 - Vidas uteis ou as taxas de depreciação usadas:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	10 - 20	5% - 10%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	1 - 8	12,5% - 100%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 5	20% - 100%

7.2 - Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período:

Ativos fixos tangíveis	31-12-2021	31-12-2020
Ativo bruto		
Saldo inicial	5.045.398,87 €	5.159.561,88 €
Aumentos	4.894,50 €	16.879,02 €
Outras operações		-136.289,91 €
Ativos em curso (aumentos/reduções)		5.247,88 €
Saldo final	5.050.293,37 €	5.045.398,87 €
Depreciações		
Saldo inicial	2.472.292,42 €	2.414.266,78 €
Reforço	86.102,22 €	87.851,40 €
Outras operações		-29.825,76 €
Saldo final	2.558.394,64 €	2.472.292,42 €
Total liquido	2.491.898,73 €	2.573.106,45 €

7.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações e as depreciações:

31 de dezembro de 2021						
	Saldo em 01-01-2021	Aquisições	Alienações	Abates	Outras operações	Saldo em 31-12-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	30.482,15 €					30.482,15 €
Edifícios e outras construções	3.375.622,55 €					3.375.622,55 €
Equipamento básico	1.045.239,57 €	3.352,45 €				1.048.592,02 €
Equipamento de transporte	176.546,08 €					176.546,08 €
Equipamento administrativo	51.984,06 €	1.542,05 €				53.526,11 €
Outros ativos fixos tangíveis	71.987,91 €					71.987,91 €
Investimentos em curso	293.536,55 €					293.536,55 €
	5.045.398,87 €	4.894,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.050.293,37 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.328.032,54 €	67.196,16 €				1.395.228,70 €
Equipamento básico	896.304,13 €	11.555,87 €				907.860,00 €
Equipamento de transporte	161.287,37 €	2.368,80 €				163.656,17 €
Equipamento administrativo	50.716,20 €	1.075,72 €				51.791,92 €
Outros ativos fixos tangíveis	35.952,18 €	3.905,67 €				39.857,85 €
	2.472.292,42 €	86.102,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.558.394,64 €
Total	2.673.106,45 €					2.491.898,73 €

Os aumentos dos ativos fixos tangíveis em 2021 ascenderam a 4.894,50 €, dizendo respeito a equipamento básico e administrativo, destacando-se a aquisição de sistema de ar condicionado de tecto para a área infantil.

O valor considerado na rubrica de ativos fixos tangíveis em curso, diz respeito à aquisição em períodos anteriores de projetos de arquitetura/engenharia relativos à construção das residências assistidas (288.288,67 €) e ampliação da cozinha do lar (5.247,88 €).

Durante o período de 2020 foi efetuada a transferência do terreno e edifício da antiga sede (Largo do Pelourinho) para a conta de ativos não correntes detidos para venda, em consequência da deliberação do órgão de gestão em alienar o imóvel conforme plano de venda estabelecido. O valor líquido do terreno juntamente com o edifício ascende a 106.566,99 € estando considerado na rubrica de outro ativos correntes no balanço.

De referir que o plano de venda do imóvel mantém-se ativo à data, possibilitando as visitas frequentes de potenciais interessados na compra.

12

[Handwritten signatures and initials]

31 de dezembro de 2020						
	Saldo em 01-01-2020	Aquisições	Alienações	Abates	Outras operações	Saldo em 31-12-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	130.241,73 €				-99.759,58 €	30.482,15 €
Edifícios e outras construções	3.392.934,66 €				-17.312,11 €	3.375.622,55 €
Equipamento básico	1.031.580,86 €	16.879,02 €			-3.220,31 €	1.045.239,57 €
Equipamento de transporte	192.299,22 €				-15.753,14 €	176.546,08 €
Equipamento administrativo	51.984,06 €				0,00 €	51.984,06 €
Outros ativos fixos tangíveis	72.232,68 €				-244,77 €	71.987,91 €
Investimentos em curso	288.288,67 €	5.247,88 €			0,00 €	293.536,55 €
	5.159.561,88 €	22.126,90 €	0,00 €	0,00 €	-136.289,91 €	5.045.398,87 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.270.883,70 €	67.208,24 €			-10.059,40 €	1.328.032,54 €
Equipamento básico	885.044,08 €	12.700,18 €			-1.440,13 €	896.304,13 €
Equipamento de transporte	177.071,71 €	2.368,80 €			-18.153,14 €	161.287,37 €
Equipamento administrativo	49.422,18 €	1.272,96 €			21,06 €	50.716,20 €
Outros ativos fixos tangíveis	31.845,11 €	4.301,22 €			-194,15 €	35.952,18 €
	2.414.266,78 €	87.851,40 €	0,00 €	0,00 €	-29.625,76 €	2.472.292,42 €
Total	2.745.295,10 €					2.673.106,45 €

7.4 - Restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

Não aplicável.

7.5 - Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Não aplicável.

8 - Inventários

8.1 - Indicação do sistema de inventário e forma de custeio utilizados:

Sistema de inventário	Forma de custeio
Permanente	Custo médio ponderado

8.2 - A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período:

	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	29.558,16 €		29.558,16 €	31.850,60 €		31.850,60 €
Regularizações	-53.256,00 €		-53.256,00 €	-47.910,01 €		-47.910,01 €
Compras	335.158,01 €		335.158,01 €	342.576,54 €		342.576,54 €
Custo das vendas e matérias consumidas	277.352,64 €	0,00 €	277.352,64 €	296.958,97 €	0,00 €	296.958,97 €
Saldo final em 31 de dezembro	34.107,63 €	0,00 €	34.107,63 €	29.558,16 €	0,00 €	29.558,16 €

8.3 - A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período:

Não aplicável.

8.4 - A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos e contingências:

Não aplicável.

9 - Rédito

9.1 - Métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:

Foram reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data de balanço, encontrando-se os trabalhos totalmente concluídos (mão-de-obra aplicada e material utilizado).

9.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de: i) Venda de bens; ii) Prestação de serviços; iii) Juros; iv) *Royalties*; e v) Dividendos:

Réditos	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Mercado interno	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado externo	Total
Vendas			0,00 €			0,00 €
Prestação de serviços	840.974,67 €		840.974,67 €	812.914,19 €		812.914,19 €
Total	840.974,67 €	0,00 €	840.974,67 €	812.914,19 €	0,00 €	812.914,19 €

Em 2021, registou-se um aumento de 28.060,48 € em termos dos serviços realizados comparativamente com o período homólogo (2020). A atualização de alguns de alguns preços e o menor número de dias de confinamento justificam na íntegra a evolução positiva regista no volume de negócios.

10 - Subsídios do Governo e outros apoios das entidades públicas

10.1 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Subsídios	31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2020		
	Investimento	Exploração	Total	Investimento	Exploração	Total
PIDDAC e QREN	35.632,70 €		35.632,70 €	30.492,42 €		30.492,42 €
Segurança Social		980.011,68 €	980.011,68 €		968.520,81 €	968.520,81 €
IEFP (alivar e outros estágios)		36.355,53 €	36.355,53 €		11.546,18 €	11.546,18 €
IAPMEI (compensação RMVG)		4.225,00 €	4.225,00 €			
CLDS		60.157,26 €	60.157,26 €		140.186,48 €	140.186,48 €
Total	35.632,70 €	1.080.749,47 €	1.116.382,17 €	30.492,42 €	1.120.253,47 €	1.150.745,89 €

Os subsídios ao investimento registados inicialmente na rubrica de ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais afeta resultados do período (conta 78) em função da taxa de depreciação que está associada ao investimento subsidiado, no caso em concreto estamos a falar dos painéis solares e construção do Lar de S. José.

Já os subsídios classificados como de exploração servem para compensar gastos incorridos, destacando-se o valor atribuído pelo Centro Distrital de Segurança Social ao abrigo do acordo de cooperação estabelecido com a IPSS. Os subsídios à exploração encontram-se registados na conta 75, que inclui também os valores recebidos por conta de donativos atribuídos por terceiros à IPSS e por fim os valores de consignação de IRS/IVA do período anterior, tendo o somatório dos donativos e valores de IRS/IVA ascendido a 10.088,47 € em 2021 e a 10.834,48 € em 2020.

10.2 - Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao subsídio do Governo:

A instituição cumpriu todos os requisitos que são impostos para atribuição dos diferentes tipos de subsídios.

10.3 - Quantia de qualquer reembolso de subsídio que tenha sido reconhecido como um gasto:

Não aplicável.

11 - Impostos sobre o rendimento

11.1 - Gasto (rendimento) por impostos sobre o rendimento:

As entidades do setor não lucrativo são consideradas sujeitos passivos do IRC, conforme o previsto no artigo 2.º do CIRC.

Já as pessoas coletivas de utilidade pública e de solidariedade social, em matéria de IRC, este tipo de entidades usufruem da isenção definitiva de IRC prevista no artigo 10.º do CIRC. Neste sentido o CAST enquanto IPSS, está isento de IRC. De acordo com o previsto no artigo 54.º do CIRC, consideram-se rendimentos não sujeitos a IRC as quotas pagas pelos associados, em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários.

Por sua vez, consideram-se rendimentos isentos os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários, pelo que o valor dos donativos recebidos em 2021 (7.523,43 €), registados na conta 75, foram apenas mencionados no anexo D da declaração Modelo 22 enquanto rendimentos isentos, o mesmo acontecendo ao valor dos juros de depósitos a prazo obtidos durante o exercício (815,67 €), ainda que os juros sejam considerados rendimentos sujeitos a imposto, dado que o valor que ficou abaixo do limiar de 7.500,00 €, conforme o disposto no artigo 54.º do EBF, considera-se isento de tributação).

11.2 - Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos sobre o rendimento de períodos anteriores:

Não aplicável.

12 - Instrumentos financeiros

12.1 - A quantia escriturada de ativos financeiros que tenham sido dados em garantia, penhor ou promessa de penhor:

Não aplicável.

12.2 - Os termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor:

Não aplicável.

12.3 - Para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço, divulgar as situações de incumprimento:

Não aplicável.

12.4 - Por cada natureza de ativos/passivos financeiros em imparidade, divulgar:

a) A quantia da imparidade acumulada no começo e no fim do período; b) As

perdas por imparidade reconhecidas no período; c) Quantias de quaisquer reversões de perdas por imparidade durante o período:

	31-12-2021	31-12-2020
Clientes e utentes	91.175,38 €	105.127,54 €
Perdas por imparidade acumuladas	-51.487,65 €	-51.929,38 €
Total	39.687,73 €	53.198,16 €

Perdas por imparidade	31-12-2021	31-12-2020
Saldo a 1 de janeiro	51.929,38 €	
Aumento		5.516,42 €
Regularizações	-441,73 €	46.412,96 €
Total	51.487,65 €	51.929,38 €

O valor da rubrica de créditos a receber, que inclui as dívidas de clientes e utentes foi durante o exercício de 2020 ajustado no valor total de 51.929,38 €, relativo às dívidas cujo a cobrança se tem demonstrado de duvidosa.

Considerando que existiam dívidas cujo a imparidade já deveria ter sido reconhecida em períodos anteriores, e por forma assegurar princípio da comparabilidade e da especialização da informação financeira, tais dívidas (46.412,96 €) foram contabilizadas em resultados transitados. Já as dívidas com risco de incobrabilidade recente afetaram os resultados por exercício (5.516,42 €), registados na conta de gastos (65).

Durante o período de 2021 procedeu-se à regularização de saldo de perdas por imparidade e clientes de cobrança duvidosa no valor de 441,73 € relativo a erro contabilístico de períodos anteriores.

12.5 - Por cada natureza de ativos/passivos financeiros, divulgar as quantias reconhecidas como gastos no período por se tornarem irrecuperáveis:

Não aplicável.

12.6 - Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" apresentava a 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2021	31-12-2020
Ativo		
Caixa	917,69 €	1.718,53 €
Depósitos à ordem	454.353,21 €	108.523,17 €
Depositos a prazo		500.000,00 €
Total	455.270,90 €	610.241,70 €
Passivo		
Total	0,00 €	0,00 €

12.7 – Créditos a receber

A rubrica de “Utentes” apresentava a 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Clientes	31-12-2021	31-12-2020
Ativo		
Clientes e utentes gerais	39.687,73 €	53.198,16 €
Clientes e utentes de cobrança duvidosa	51.487,65 €	51.929,38 €
Perdas por imparidade	-51.487,65 €	-51.929,38 €
Total	39.687,73 €	53.198,16 €
Passivo		
Total	0,00 €	0,00 €

12.8 - Fornecedores

A rubrica de “Fornecedores” apresentava a 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Fornecedores	31-12-2021	31-12-2020
Ativo		
Fornecedores gerais	626,76 €	1.008,62 €
Total	626,76 €	1.008,62 €
Passivo		
Fornecedores gerais	48.332,55 €	57.642,17 €
Total	48.332,55 €	57.642,17 €

12.9 - Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Estado e outros entes públicos	31-12-2021		31-12-2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenções de IRS por conta de terceiros	0,00 €	5.855,02 €		6.957,86 €
IVA suportado	1.686,76 €		1.134,41 €	
IVA reembolsos	2.018,67 €		750,11 €	
Contribuições para a segurança social		36.762,58 €		37.209,19 €
Outros impostos/tributações		432,95 €		
Total	3.705,43 €	43.050,55 €	1.884,52 €	44.167,05 €

12.10 - Diferimentos

As rubricas de "Diferimentos" apresentava a 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Diferimentos	31-12-2021		31-12-2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Rendas e serviços	6.174,60 €			
Seguros	4.897,31 €		5.910,41 €	
Mensalidades		1.824,32 €		11.034,97 €
Subsídios à exploração (IEFP + CLDS)		192.048,50 €		271.376,15 €
Outros			9.014,42 €	
Total	11.071,91 €	193.872,82 €	14.924,83 €	282.411,12 €

Ver nota 5 relativo à correção de erros em 2021 que conduziu à reexpressão dos valores de balanço em 2020 na conta de diferimentos no ativo e passivo.

12.11 - Outros ativos e passivos correntes

As rubricas de "Outros ativos e passivos correntes" apresentava a 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Outros ativos e passivos correntes	31-12-2021	31-12-2020
Outros ativos correntes		
Pessoal (adiantamento e outras operações)	540,87 €	162,54 €
Acréscimo de rendimentos	11.601,90 €	2.285,98 €
Saldos devedores de fornecedores	626,76 €	1.008,62 €
Ativos não correntes detidos para venda	106.566,99 €	106.566,99 €
Outros (valores de projetos a receber e outros)	189.534,42 €	307.687,61 €
Total	308.870,94 €	417.711,74 €
Outros passivos correntes		
Pessoal (dívidas)		181,55 €
Fornecedores de investimentos	2.755,20 €	2.258,53 €
Acréscimo de gastos (estimativa de remunerações e outros)	219.052,71 €	200.203,61 €
Outros (valores de utentes e outros)	46.677,29 €	32.971,77 €
Total	268.485,20 €	235.615,46 €

Em 2021 a rubrica de outros ativos correntes engloba o valor dos subsídios à exploração (IEFP e CLDS) por receber por parte do CAST, no valor de 188.656,74 €.

A referida rubrica incorporava ainda, o valor líquido de 106.566,99 € relativo ao imóvel (antiga sede do CAST – Pelourinho) que se encontra desde 2020 em situação de liquidação, estando definido um plano de venda que assegura a classificação do valor líquido do imóvel como ativo não corrente devido para venda (conta 46).

13 - Provisões

13.1 - Quantia escriturada no começo e no fim do período:

O valor das provisões a 31 de dezembro de 2021 ascendem a 12.000 € quando em igual período do exercício anterior eram nulas.

13.2 - Provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes:

O valor das provisões, referem-se integralmente ao processo judicial em curso a 31 de dezembro de 2021, que opunha a IPSS a uma antiga colaboradora, com o desfecho a ser potencialmente desfavorável à instituição considerando a informação recolhida junto dos serviços jurídicos da entidade e dos dados do tribunal disponíveis à data.

13.3 - Quantias usadas (isto é, incorridas e debitadas à provisão) durante o período:

Não aplicável.

13.4 - Quantias não usadas revertidas durante o período:

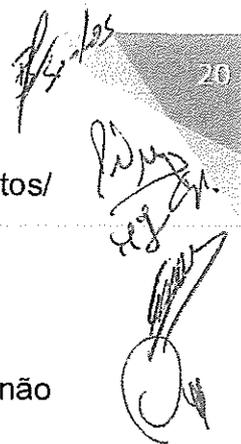
Não aplicável.

14 – Fundos patrimoniais

14.1 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de fundos patrimoniais, constantes do balanço:

Rubricas	31 de dezembro de 2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Aplicação	Outros	
Fundos	1.271.934,64 €					1.271.934,64 €
Resultados transferidos	1.298.393,03 €			-339.620,91 €		958.772,12 €
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	867.433,20 €		35.632,70 €			831.800,50 €
Resultado líquido do período	-339.620,91 €		264.162,91 €	339.620,91 €		-264.162,91 €
Total do capital próprio	3.098.139,96 €	0,00 €	299.815,61 €	0,00 €	0,00 €	2.798.324,35 €

Ver nota 5 relativo à correção de erros em 2021 que conduziu à reexpressão dos



valores de balanço em 2020 na conta de resultados transitados e ajustamentos/
outras variações nos fundos patrimoniais.

15 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

16 – Benefícios dos empregados

16.1 – Número médio de empregados durante de 2021 e 2020 a que se referem as demonstrações financeiras:

Exercício de 2021	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas		
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	116,00	178.761,00
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	116,00	178.761,00
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	116,00	178.761,00
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa por sexo		
Homens	8,00	7.344,00
Mulheres	108,00	171.417,00
Pessoas ao serviço da empresa, das quais		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento		
Prestadores de serviços	29,00	8.709,00
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

Exercício de 2020	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas		
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	101,00	181.728,00
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	101,00	181.728,00
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	101,00	181.728,00
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa por sexo		
Homens	3,00	5.568,00
Mulheres	98,00	176.160,00
Pessoas ao serviço da empresa, das quais		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento		
Prestadores de serviços	23,00	7.339,00
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

16.2 - Gastos com o pessoal

As rubricas de "Gastos com o pessoal" apresentava a 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Handwritten notes and signatures:
 22
 [Signatures and initials]

Gastos com o pessoal	31-12-2021	31-12-2020
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	1.231.451,95 €	1.268.446,09 €
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Indemnizações	27.316,88 €	927,52 €
Encargos sobre remunerações	263.795,64 €	268.838,07 €
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	7.849,73 €	11.857,09 €
Gastos de ação social		
Outros gastos com pessoal	10.678,31 €	17.750,54 €
Das quais: Gastos com formação	2.681,93 €	645,00 €
Das quais: Gastos com fardamento e material de proteção	708,77 €	3.897,02 €
Total	1.541.092,51 €	1.567.819,31 €

Embora o valor médio de colaboradores ao serviço da IPSS registre um ligeiro crescimento quando comparado com 2020, regista-se uma diminuição de 26.726,80 € do valor total dos gastos com pessoal no final de 2021 face a 2020. Os acordos de cessação de contrato com alguns colaboradores durante o período de 2021, apesar do gasto suportado com indemnizações, possibilitou a redução de outros encargos associados ao pessoal, nomeadamente, gastos com seguros, contribuições para a segurança social e outros.

16.3 - Compromissos existentes em matéria de pensões:

Não aplicável.

16.4 – Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia e compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria prestados a membros dos órgãos sociais de administração, de direção ou de supervisão:

Não aplicável.

17 - Acontecimentos após a data do balanço

17.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela direção e autorizadas para emissão em 10 de março de 2022.

A Covid-19 foi classificada como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de Março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o primeiro Estado de Emergência em 18 de Março de 2020. O período de 2021 foi marcado pelo aparecimento de novas vagas de contágios que conduziram a um segundo confinamento no início do ano e a uma escalada dos casos durante os meses de novembro e dezembro de 2021 tendo o Governo tomado novamente medidas restritivas à circulação de pessoas e bens. O impacto social e económico, que decorre desta pandemia tem gerado incerteza nos mercados e na evolução da economia, as instituições do setor social não são alheias a tal desconfiança sentida pelos mercados. As implicações no relato financeiro podem também ser muito significativas, no entanto e considerando estas relevantes circunstâncias, na preparação das demonstrações financeiras de 2021, e assumindo o pressuposto da continuidade, a gestão da instituição não consegue à data quantificar os impactos que possam ser causados por esta pandemia nas contas.

Não se registou qualquer situação de incumprimento contratual, contratos onerosos ou planos de reestruturação decorrentes dos efeitos pandémicos que possam ter sido causados pela pandemia. Foram igualmente asseguradas e analisadas todas as mensurações possíveis a justo valor; imparidade de ativos, avaliação de perdas esperadas nos créditos, mensuração e reconhecimento de réditos, contabilidade de cobertura e divulgações exigidas sempre que os efeitos provocados pelo COVID-19 afetaram as demonstrações financeiras da entidade. Após a data do Balanço não se conhecem outros eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

18 - Outras divulgações

18.1 - Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" tem em 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Handwritten notes and signatures:
 24
 [Handwritten signature]

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2021	31-12-2020
Trabalhos especializados	51.329,32 €	46.370,94 €
Publicidade	246,00 €	1.402,20 €
Vigilância e segurança	427,45 €	
Honorários	126.339,84 €	142.006,76 €
Comissões	8,13 €	20,29 €
Conservação e reparação	15.280,92 €	30.655,47 €
Outros serviços especializados	2.321,95 €	671,66 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	9.075,58 €	10.717,77 €
Livros e documentação técnica	392,99 €	
Material de escritório	7.903,83 €	11.165,69 €
Artigos para oferta	4.592,38 €	3.859,70 €
Outros materiais	5.189,87 €	5.183,06 €
Eletricidade	35.275,94 €	38.323,73 €
Combustíveis	22.588,02 €	28.580,84 €
Água	11.824,07 €	10.039,27 €
Outros energia e fluidos	14.638,31 €	5.843,36 €
Deslocações e estadas	161,78 €	159,60 €
Rendas	13.545,81 €	11.761,09 €
Comunicações	9.535,61 €	8.382,34 €
Seguros	7.002,59 €	6.130,48 €
Contencioso e notariado	668,39 €	574,13 €
Despesas de representação		133,22 €
Limpeza, higiene e conforto	6.741,12 €	8.833,96 €
Outros serviços	1.400,31 €	1.231,55 €
Total	346.490,21 €	372.047,11 €

Em 2021 os Fornecimentos e Serviços Externos registaram uma diminuição 6,87% comparativamente com o exercício de 2020, com destaque para redução dos gastos suportados trabalhos especializados, conservação e reparação e honorários.

18.2 – Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” tem em 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2021	31-12-2020
Rendimentos suplementares	34.911,48 €	34.226,23 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.696,35 €	1.915,78 €
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros (fundos de compensação)	181,64 €	
Rendimentos e ganhos em ativos não financeiros (alienações)	15.000,00 €	
Outros rendimentos e ganhos (correções períodos anteriores, imputação de subsídios e outros)	59.520,34 €	40.743,23 €
Total	111.309,81 €	76.885,24 €

O valor de 15.000 € considerado na rubrica de rendimentos e ganhos em ativos

não financeiros refere-se à venda em 2021 de um prédio urbano sítio em Portela freguesia de São Pedro de Tomar (artigo número 378).

18.3 – Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” tem em 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Outros gastos e perdas	31-12-2021	31-12-2020
Impostos/taxas	23,83 €	
Descontos de pronto pagamento concedidos		24,91 €
Outros gastos e perdas (correções de períodos anteriores, devoluções SS e outros)	44.488,39 €	31.287,18 €
Total	44.512,22 €	31.312,09 €

O crescimento de 13.200,13 € registado na rubrica de “Outros gastos e perdas” em 2021 comparativamente a 2020, é em grande medida justificado pela devolução ao Centro Distrital de Segurança Social dos valores recebidos em excesso que resultam da diferença entre o acordo mantido com a Segurança Social e o número de presenças em creche e jardim-de-infância.

18.4 – Depreciações e amortizações

A rubrica de “Depreciações e amortizações” tem em 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Depreciações e amortizações	31-12-2021	31-12-2020
Ativos fixos tangíveis	86.102,22 €	87.851,40 €
Ativos intangíveis	571,20 €	47,60 €
Total	86.673,42 €	87.899,00 €

18.5 – Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” tem em 31 de dezembro de 2021 o seguinte detalhe:

Depreciações e amortizações	31-12-2021	31-12-2020
Juros de depósito a prazo obtidos	811,11 €	1.044,61 €
Outros	4,56 €	
Total	815,67 €	1.044,61 €

18.6 – Outras informações:

Não aplicável.

Contabilista Certificado n.º 90318

A Direção

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOMAR** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 3.364.065 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.798.324 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 264.183 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da entidade **CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOMAR** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção infra "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ourém, 18 de março de 2022,



VL SANTOS & ASSOCIADOS – SROC, S.A.

Inscrita na OROC sob o n.º 265 e na CMVM sob o n.º 20161558

Representada pelo sócio VÍTOR LUÍS CARRASQUEIRA DOS SANTOS, ROC n.º 1527

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS DO PERÍODO DE 2021

Senhores Associados

No cumprimento das nossas obrigações estatutárias e de acordo com o artigo 34.º alínea b), apresentamos o nosso parecer sobre o Relatório e Contas do período de 2021, apresentado pela Direção.

Analisados com base no acompanhamento da atividade da Direção durante o período de 2021, e verificado o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais, Demonstração de Fluxos de Caixa e Balancetes apresentados, constatou-se que o valor dos Rendimentos foi de 2.043.122,42€ e o valor dos Gastos de 2.308.121,00€. O saldo do ativo é de 3.364.065,47€ no final do período de 2021, foi obtido um resultado líquido do período negativo em 264.182,91€ o que representa uma redução do Fundo Patrimonial, muito significativa, para a instituição.

Face ao exposto, foi decidido dar o seguinte parecer, tendo em consideração o parecer do Revisor Oficial de Contas, sobre as contas de 2021:

- Que se aprove o Relatório e Contas do período de 2021;
- Que o Resultado Líquido do Período negativo em 264.182,91€ (duzentos e sessenta e quatro mil cento e oitenta e dois euros e noventa e um cêntimos seja mantido em resultados transitados).

Considerando as demonstrações financeiras que traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da instituição, reconhecemos que os resultados negativos obtidos neste exercício e em exercícios anteriores são prejudiciais ao equilíbrio financeiro que se pretende manter para os próximos períodos.

Assim, este conselho reforça a sugestão que o órgão de gestão efetue uma análise dos resultados, anteriores e atuais, que têm vindo de forma consecutiva a serem negativos, devendo ser efetuada uma reformulação estratégica, de

forma a ver refletidas essas alterações em termos de gastos, resultados e consequente desempenho operacional da entidade. Este conselho recomenda, ainda, uma gestão criteriosa e restritiva dos gastos e das despesas por parte da Direção da Instituição, por forma a proporcionar uma gestão adequada a tempos de crise, de modo a reverter a situação económica que se tem prolongado nos últimos anos.

Este conselho reforça o alerta para um acompanhamento constante da evolução dos gastos.

Tomar, 24 de Março de 2022.

O Conselho Fiscal

Presidente:

1.º

Vogal:

2.º

Vogal: